

As garantias processuais da vítima na composição civil do dano

Resumo

A presente tese tem por objetivo reconhecer a vítima do delito como sujeito de direitos no processo penal brasileiro. Isto se deve ao seu direito de participação contraditória no processo penal, já que é afetada pelo provimento jurisdicional em razão de seus direitos à reparação do dano decorrente do ilícito penal e de suas garantias processuais como sujeito que participa da reconstrução do caso em virtude do princípio do devido processo legal. Para tanto, buscou-se determinar os objetivos do movimento vitimológico no paradigma do Estado Democrático de Direito, com base na Teoria do Discurso, de Habermas, a partir da participação dos destinatários das normas jurídicas nos processos de justificação e de aplicação dessas. Definiram-se, ainda, as hipóteses de sobrevivitização no processo penal, que decorrem do desrespeito a direitos fundamentais da vítima no processo penal, a partir da compreensão do Modelo Constitucional do Processo brasileiro, a fim de propor uma reconstrução constitucionalmente adequada do tema

Abstract

The present thesis has the aim to recognize the victim of a crime as a citizen of rights in the Brazilian criminal prosecution. This is a consequence of her or his right to a contradictory participation in the criminal prosecution, as she or he is affected by the judicial decisions, due to his right to be awarded in compensatory damages derived from the criminal tort, and her or his procedural guarantees as someone that participates of the reconstruction of the case, as a result of the due process of law principle. For this purpose, we attempted to determine the aims of the victimologist movement in the paradigm of the Constitutional Democracy (Estado Democrático de Direito), based on the Habermas' Discourse Theory of Law, from the participation of the addressees of the legal norms in the legal procedures of justification and application of these norms. It was also defined the hypotheses of sobrevivitização in the criminal prosecution, which are consequences of the disregard of the victim's fundamental rights in the criminal prosecution, from the understanding of the due process of law, in order to propose a constitutionally adequate reconstruction of the argument